

CNPJ n° 07.654.114/0001-02





1ª Parte: PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Porteiras sito à Rua Mestre Zuca, nº 16, Centro, Porteiras/CE, por intermédio da Pregoeira e Membros da equipe de apoio designados pela Portaria nº 007/2022, de 01/02/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO que será regido pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o que determina as Leis complementares n°123/2006 e n° 147/2014 e suas alterações e demais exigências deste Edital. A Compras do Município, através licitação será no Portal de presente www.licitacaoporteiras.com.br.

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aro e baterias, incluindo serviço de reposição, alinhamento e balanceamento, destinados aos veículos e máquinas pesadas utilizadas pela administração municipal de Porteiras/CE, conforme anexos, partes integrantes deste edital.

2.0 - DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO.

- 2.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios: <u>www.tce.ce.gov.br/licitacoes</u> e no Portal de Compras do Município, através do endereço: <u>www.licitacaoporteiras.com.br.</u>
- 2.2. O certame será realizado no Portal de Compras do Município, através do endereço eletrônico: www.licitacaoporteiras.com.br.

3.0. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

- 3.1 INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 23 de maio de 2022 às 17:00 horas.
- 3.2 DATA DE ENCERRAMENTO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 02 de junho de 2022, às 08:30 horas.
- 3.3 INÍCIO DA ABERTURA DA SESSÃO: Dia 02 de junho de 2022, às 09:00 horas.
- 3.4 REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.
- 3.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

4.0 DA SEDE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

4.1. A Prefeitura Municipal de Porteiras está localizada na Rua Mestre Zuca, nº 16, Centro – Porteiras/CE, CEP. 63.270-000, telefone: (88) 3557-1254.

5.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da dotação orçamentária constante no quadro abaixo:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
11	01	10.301.0020.2.047.0000	3.3.90.30.99



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

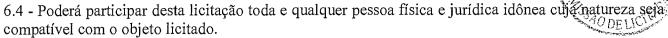
11	01	10.302.0027.2.073.0000	3.3.90.30.99
11	01	10.304.0051.2.052.0000	3.3.90.30.99
12	01	08.122.0054.2.069.0000	3.3.90.30.99
10	01	12.361.0022.2.036.0000	3.3.90.30.99
05	01	12.361.0022.2.015.0000	3.3.90.30.99
09	01	04.122.0060.2.030.0000	3.3.90.30.99
13	01	08.122.0024.2.066.0000	3.3.90.30.99
06	01	08.243.0131.2.111.0000	3.3.90.30.00
08	01	04.122.1801.2.025.0000	3.3.90.30.99
15	01	18.122.2026.2.112.0000	3.3.90.30.99
04	01	04.121.0011.2.009.0000	3.3.90.39.99
02	01	04.122.0010.2.003.0000	3.3.90.30.99
14	01	04.122.0013.2.067.0000	3.3.90.30.99

6.0 - DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

- 6.1 Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao Portal de Compras do Município de Porteiras/CE, com suporte técnico do sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 1408 Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.464.263/0001-29).
- 6.1.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras do Município de Porteiras, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.1.2 Para efetuar o cadastro no Portal de Compras do Município de Porteiras, o fornecedor deverá acessar a página www.licitacaoporteiras.com.br, no link "Seja um fornecedor", deverá preencher o formulário com as informações obrigatórias (campos sinalizados como "campo obrigatório") e anexar a documentação de credenciamento descrita na página.
- 6.1.3 O fornecedor deverá enviar todos os arquivos em um único documento e me seguida, clicar no botão "Salvar".
- 6.1.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras do Município da Prefeitura Municipal de Porteiras PMP e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.1.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.1.6 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.1.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.1.8 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 6.1.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa associada (mencionada no item acima) pelo telefone (81) 3877-1397, ou através do e-mail: comercial@gmcontato.com.br.
- 6.2 Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Porteiras, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital.
- 6.3 A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento Certificado de Registro Cadastral, obriga-se, após a emissão do CRC, a declarar sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



- 6.4.1 Os licitantes participantes e que venham cotarem preços para o LOTE 02, deverão possuir dentro dos seus ramos de atividades, além de comércio de pneus e similares de fabricação nacional, os serviços correlatos, como troca, alinhamento e balanceamento e terem sede no raio máximo de 60 (sessenta) km de distância da Cidade de Porteiras, dispondo de espaço físico coberto, fechado e piso de concreto para acomodação segura dos veículos, entre outros aparelhamentos necessários a execução dos serviços, sob pena de desclassificação no referido Lote.
- 6.5 Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.
- 6.6 Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Portal de Compras do Município (Sistema **GM Tecnologia**) no site <u>www.licitacaoporteiras.com.br.</u>, o exercício da preferência prevista na Lei Complementar n° 123/2006.
- 6.7 A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.
- 6.7.1 É vedada a participação de pessoa física e jurídica nos seguintes casos:
- 6.7.2 Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição;
- 6.7.3 Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração;
- 6.7.4 Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;
- 6.7.5 Impedidas de licitar e contratar com a Administração;
- 6.7.6 Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração;
- 6.7.7 Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição:
- 6.7.8 Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta;
- 6.7.9 Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país:
- 6.7.10 Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação.

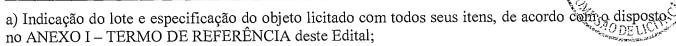
<u>7.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>

- 7.1 Os licitantes deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do Sistema da GM Tecnologia, no Portal de Compras do Município através sítio eletrônico <u>www.licitacaoporteiras.com.br</u>, os documentos de habilitação exigidos neste Edital. Com relação à proposta inicial, basta que a mesma seja cadastrada (preenchida), com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos no item 3.2 deste Edital, não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.
- 7.1.1 Ao cadastrar a proposta no sistema, o licitante deverá preencher a "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado", devendo constar os dados necessários ao exame de adequabilidade da proposta com o objeto licitado.
- 7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obtida junto ao Portal de Compras do Município, através do Sistema GM Tecnologia, no endereço eletrônico www.licitacaoporteiras.com.br.
- 7.3 Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1°, da Lei Complementar n° 123/2006.
- 7.4 No campo "Informações adicionais", deverá constar necessariamente o seguinte:





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



- b) Preço global do lote cotado em algarismos;
- c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- 7.5 O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, no ato do encaminhamento da proposta e da documentação de habilitação, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico no site www.licitacaoporteiras.com.br.
- 7.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.
- 7.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação, por eles apresentados, até a abertura da sessão pública.
- 7.8 Não será estabelecida nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento das propostas.
- 7.9 Será vedada a identificação do licitante.
- 7.10 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/prestação de serviços.
- 7.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.13 A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do Sistema GM Tecnologia, no Portal de Compras do Município, através do sítio eletrônico www.licitacaoporteiras.com.br, até a data e horário estabelecidos no item 3.2 deste Edital, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

8.0 - DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Abertas as propostas, o(a) pregoeiro(a) fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2 Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) e somente estas participarão da etapa de lances.
- 8.4 Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido no Termo de Referência.
- 8.5 Serão desclassificadas as propostas que:

- Pr



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

- 8.5.1 Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus anexos, que forem omissas, vagas ou que apresentarem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários; ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes; ou que contenha identificação do licitante.
- 8.5.2 Que após a fase de lances ou negociação, quando houver, permanecerem com seus preços unitários e total dos itens superiores aos preços no Anexo I (TERMO DE REFERÊNCIA).
- 8.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.0 - DA ETAPA DE LANCES

- 9.1 O pregoeiro dará início à sessão publica no horário previsto no **subitem 3.3**, e em seguida a etapa competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.2 Para efeito de lances, será considerado o valor global do lote/item.
- 9.2.1 Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência; e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.
- 9.2.2 Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.
- 9.2.3 Em caso de dois ou mais lances de igual valor, o Sistema da GM Tecnologia fará sorteio.
- 9.3 Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) pregoeiro(a) nem aos demais participantes.
- 9.4 No caso de desconexão entre o(a) pregoeiro(a) e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.
- 9.4.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.
- 9.4.2 Caberá ao licitante à responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.
- 9.5 O modo de disputa adotado para este certame será o "Aberto e Fechado", nos termos do Art. 31, inciso II c/c Art. 33, do Decreto Federal nº 10.024/2019, observado os seguintes termos:
- 9.5.1 A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 9.5.2 Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.5.3 Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (até 10 minutos), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.5.4 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 9.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



- 9.5.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordenará crescente de vantajosidade.
- 9.5.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.5.3 e 9.5.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lances final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item editalício 9.5.5.
- 9.5.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos estipulados no item 9.5.6 deste Edital.
- 9.6 Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8538/2015.
- 9.7 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.
- 9.8 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.9 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 9.10 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.11 A ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.12 O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

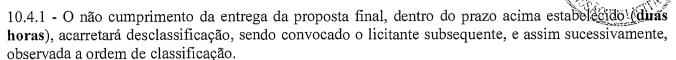
10.0 - DO LICITANTE ARREMATANTE E DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1 Encerrada a etapa de envio de lances verbais da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 10.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.3 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019 e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições do edital.
- 10.4 A partir da sua convocação, o arrematante deverá encaminhar no prazo de **2 (duas) horas**, através de e-mail (<u>licitacoes@porteiras.ce.gov.br</u>) a proposta de preços final e, se necessário, documentação complementar, devendo a proposta estar adequada ao último lance ofertado após a negociação referida no **item 10.1** deste edital.





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



10.4.2 - A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do Sistema GM Tecnologia, no Portal de Compras do Município, através do sítio eletrônico www.licitacaoporteiras.com.br, até a data e horário estabelecidos no item 3.2 deste Edital, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

11.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (PROPOSTA CONSOLIDADA)

- 11.1 A proposta final deverá ser apresentada em via única original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do Anexo II Proposta de preços deste edital, com todas as folhas rubricadas, devendo a última folha vir assinada pelo representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca e/ou fabricante do produto e demais informações relativas ao bem ofertado.
- 11.1.1 A apresentação da proposta em desacordo com o previsto no item acima, acarretará na desclassificação da mesma.
- 11.2 Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.
- 11.3 O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.
- 11.4 Na cotação do preco unitário, não será admitido o fracionamento do centavo.
- 11.5 Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.
- 11.6 No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.
- 11.7 Após a apresentação da proposta não caberá desistência.
- 11.7.1 No pregão eletrônico, a desistência de proposta somente pode ocorrer até a abertura da sessão pública (Art. 26, § 6°, do Decreto Federal nº 10.024/2019) c/c entendimento recente do Tribunal de Contas da União TCU, Acórdão nº 2132/2021.

12.0 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

- a) Cópia do Cartão de inscrição no CNPJ/MF:
- b) Cópia da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;
- d) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;
- e) Prova de regularidade fiscal para com os Tributos e Contribuições federais:
- f) Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) CND;
- h) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho TST;
- j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- k) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



- l) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- m) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- n) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- o) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
- o.1) Nos casos de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser apresentado com firma devidamente reconhecida em cartório competente ou acompanhado de documento de identificação do signatário para confrontação da assinatura;
- p) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.
- 12.2 Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.
- 12.2.1 Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

13.0 - OUTRAS DISPOSIÇÕES

- 13.1 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do(a) pregoeiro(a), para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.
- 13.2 A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(a) pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

14.0 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 14.1 Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, na sequência, ou a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantajosidade.
- 14.1.1 A disputa será realizada por lote, sendo os preços registrados em ata.
- 14.1.2 A proposta final para o lote não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote, devendo o licitante, readequar o valor do lote aos valores constantes no mapa de preços.
- 14.1.3 Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.
- 14.1.4 Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, verificando sua



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

14.1.5 - O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2°, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo(a) pregoeiro(a), será convocado na ordem de classificação, no "chat de mensagem", para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

15.0 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- 15.1 As propostas serão desclassificadas quando apresentadas em condições ilegais, com omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.
- 15.1.1 Com preços superiores dos ITENS/LOTES aos constantes no Termo de Referência no processo em epígrafe, após a fase de lances ou comprovadamente inexequíveis.
- 15.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

<u>16.0 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO</u> CONVOCATÓRIO

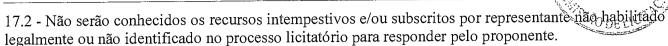
- 16.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <u>licitacoes@porteiras.ce.gov.br</u>, informando o número deste pregão no Porta de Compras do Município, através do sistema da GM Tecnologia e o órgão interessado.
- 16.2 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e email).
- 16.3 Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) pregoeiro(a), por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações.
- 16.4 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Município, através do sistema no site www.licitacaoporteiras.com.br, ou pelo e-mail licitacoes@porteiras.ce.gov.br.
- 16.5 Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.
- 16.6 As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 16.7 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 16.8 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente exceto se tratar de matéria de ordem pública.
- 16.9 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a mesma no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento desta.
- 16.10 Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões por escrito, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Município, através do sistema no site www.licitacaoporteiras.com.br, ou pelo e-mail licitacoes@porteiras.ce.gov.br. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



17.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item 17.1 deste edital, importará na decadência desse direito e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.4 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5 - A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no **subitem 2.2** deste edital.

18.0 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 - A adjudicação dar-se-á pelo(a) pregoeiro(a) quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

18.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

18.3 - No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência do titular da origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do(a) pregoeiro(a) e adjudicará o objeto ao vencedor.

18.4 - O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

18.5 - O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

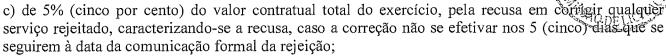
19.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.
- 19.2 A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:
- I advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);
- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência:

4.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porteiras, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 19.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 19.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.
- 19.4 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 19.5 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 19.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:
- I praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- II demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- III sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 19.6 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 19.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.7 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.
- 19.8 As sanções previstas no item 19.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para firmarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

20.0 - DA CONTRATAÇÃO

- 20.1 A adjudicatária terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.
- 20.2 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.
- 20.3 Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo(a) pregoeiro(a), desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.
- 20.4 A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo IV Minuta do Contrato, parte deste edital.





CNPJ n° 07.654.114/0001-02

21.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.
- 21.2 É facultada ao(a) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.
- 21.3 O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo(a) pregoeiro(a) ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.
- 21.4 Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.
- 21.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Porteiras.
- 21.6 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada por cartório competente ou por Servidor da Administração. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- 21.9 Todas e quaisquer comunicações com o(a) pregoeiro(a) deverão se dar por escrito, com o devido protocolo com sede na Comissão Permanente de Licitação, via e-mail institucional licitacoes@porteiras.ce.gov.br, ou no próprio chat da plataforma do site www.licitacaoporteiras.com.br "sala virtual" onde estará acontecendo o certame.
- 21.10 Fica terminantemente proibido ao(a) pregoeiro(a) prestar quaisquer informações sobre o pregão já publicado e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame.
- 21.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), nos termos da legislação pertinente.
- 21.12 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.
- 21.13 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão:
- 21.14 A apresentação, por parte dos licitantes, de **DECLARAÇÃO FALSA** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, e art. 37 da Lei Complementar nº 123/2006, independentemente da adoção de providências quanto à responsabilização penal, com fundamento no art. 299 do Código Penal Brasileiro.
- 21.15 Serão considerados como não apresentadas as declarações, não assinadas pelo representante legal das empresas ou seu procurador, considerando-se, diante da ausência de assinatura, desclassificada a proposta ou inabilitada a empresa, conforme a fase em que a declaração deva ser apresentada.
- 21.16 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Porteiras, Estado do Ceará.

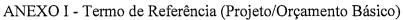
22.0 - DOS ANEXOS

22.1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



ANEXO II - Proposta de Preços

ANEXO III - Modelo de Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor

ANEXO IV - Minuta do Contrato

Porteiras – CE, 19 de maio de 2022.

Alberto Pinheiro Torres Neto

Pregoeiro Oficial



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aro e baterias, incluindo serviço de reposição, alinhamento e balanceamento, destinados aos veículos e máquinas pesadas utilizadas pela administração municipal de Porteiras/CE.

2 – DAS JUSTIFICATIVAS

- 2.1- A contratação de empresa para fornecimento de pneus deve-se à necessidade de promover a substituição dos pneus desgastados ou danificados, visando manter os veículos e máquinas utilizados pelo Município de Porteiras/CE em condições ideais e segura de funcionamento, garantindo a regular execução de atividades essências desenvolvidas pela administração municipal de Porteiras, com o intuito de alcançar:
- I) Melhor qualidade nos serviços prestados à população local;
- II) Segurança para os condutores e usuários dos veículos e maquinas.

3 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada PREGÃO na forma ELETRÔNICA, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente da Lei Federal Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Decreto 10.024 de 20 de Setembro de 2019, o que determina a Lei complementar n°123/2006, 147/2014 e outras normas aplicáveis à espécie.
- 3.2 Será vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE.

4 – DA DIVISÃO DE LOTES

4.1 - DA DIVISÃO POR LOTES

- 4.1.1 Quanto à composição dos lotes, temos que os itens foram unificados em "LOTES" em virtude dos mesmos guardarem compatibilidade entre si, ou seja, estão divididos pela semelhança, agrupando itens similares e específicos, guardando a devida especificidade de cada objeto, observando-se, inclusive as regras mercadológicas para a prestação dos serviços, de modo a não prejudicar a concorrência entre os participantes, mantendo a competitividade necessária à disputa.
- 4.1.2 No que diz respeito ao Princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a Administração Pública e encarece o contrato final, uma vez que os licitantes possuirão uma margem de negociação bem maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Dessa forma, na divisão por lote do objeto em tela, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e, consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.
- 4.1.3 Isto posto, adotamos o julgamento do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", por entendermos que a contratação dessa forma será mais conveniente, aumentará a uniformidade dos valores e fornecimentos, e reduzirá os riscos de conflitos. Além disso, por se tratar de licitação do tipo menor preço por lote, os valores unitários de cada item ainda assim deverão ser levados em consideração, evitando-se distorções nos valores para cada item em vistas a realidade mercadológica.

4.2 – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS DOS LOTES

4.2.1 - A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s), deverá(ão) fornecer os produtos conforme



Prefeitura Municipal de Porteiras

Governo Municipal CNPJ n° 07.654.114/0001-02

descrição na planilha abaixo:

Lote 01 - Pneus para máquinas pesadas

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	Pneu 14.00/24 TG (12 Lonas) - nacional de 1ª linha	UND	12	6.270,00	75.240,00
2	Pneu 12,5/80-18 (10 lonas) - nacional de 1ª linha	UND	6	3.145,00	18.870,00
3	Pneu 17,5-25 (12 Ionas) - nacional de 1ª linha	UND	16	7.084,00	113.344,00
4	Pneu 195/70 aro 15 - nacional de 1ª linha	UND	10	570,00	5.700,00
5	Pneu 295/80 R 22.5 - nacional de 1ª linha	UND	24	3.071,00	73.704,00
				Total:	286.858,00

Lote 02 - Pneus para ônibus, caminhões e veículos de pequeno

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	Pneu 215/75 R 17.5 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	38	1.502,00	57.076,00
2	Pneu 275/80 R 22.5 - nacional 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	56	2.882,00	161.392,00
3	Pneu 900/20 convencional - nacional de 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	98	1.740,00	170.520,00
4	Pneu 1.000/20 - nacional de 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	38	2.191,00	83.258,00
5	Pneu 175/65 aro 14 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	40	429,00	17.160,00
6	Pneu 175/70 aro 13 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	420,00	4.200,00
7	Pneu 175/70 aro 14 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	60	455,00	27.300,00
8	Pneu 700/16 10 Ionas - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	9	955,00	8.595,00
9	Pneu 185/65 aro 14 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	486,00	4.860,00
10	Pneu 195/55 aro 15 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	20	500,00	10.000,00
11	Pneu 195/55 aro 16 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	540,00	5.400,00
12	Pneu 205/75 aro 16 - naconal 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	600,00	6.000,00
13	Pneu 185/65 aro 15 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	490,00	4.900,00
14	Pneu 195/60 aro 15 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10	350,00	3.500,00
				Total:	564.161,00

Lote 03 - Pneus para motocicletas

ltem	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	Pneu 80/100 aro 18 - nacional 1ª linha	UND	10	320,00	3.200,00
2	Pneu 90/90 aro 19 - nacional 1ª linha	UND	6	307,00	1.842,00
3	Pneu 90/100 aro 18 - nacional 1ª linha	UND	10	251,00	2.510,00
4	Pneu 100/90 aro 17 - nacional 1ª linha	UND	6	370,00	2.220,00
				Total:	9,772,00

Lote 04 - Câmaras de ar e protetores de aro

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	Cāmara de ar 14.00-24 - nacional de 1ª linha	UND	4	404,00	1.616,00
2	Câmara de ar 17,5-25 - nacional de 1ª linha	UND	8	170,00	1.360,00
3	Câmara de ar 900/20 - nacional de 1ª linha	UND	48	150,00	7.200,00
4	Câmara de ar 700/16 - nacional de 1ª linha	UND	8	40,00	320,00
5	Câmara de ar 17(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	12	45,00	540,00
6	Câmara de ar 18(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	32	50,00	1,600,00
7	Câmara de ar 19(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	8	55,00	440,00
8	Protetor de câmara de ar 900/20	UND	60	65,00	3.900,00
				Total:	16.976,00





CNPJ	n°	07.654.114/0001-02	

Lote	05	•	Ba	ter	ias

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	BATERIA AUTOMOTIVA 50A Nacional, de 1ª Linha	UND	8	400,00	3.200,00
2	BATERIA AUTOMOTIVA 60A Nacional, de 1ª Linha	UND	21	400,00	8.400,00
3	BATERIA AUTOMOTIVA 70A Nacional, de 1ª Linha	UND	1	600,00	600,00
4	BATERIA AUTOMOTIVA 75A Nacional, de 1ª Linha	UND	8	600,00	4.800,00
5	BATERIA AUTOMOTIVA 90A Nacional, de 1ª Linha	UND	2	800,00	1.600,00
6	BATERIA AUTOMOTIVA 100A Nacional, de 1ª Linha	UND	18	720,00	12.960,00
7	BATERIA AUTOMOTIVA 150A Nacional, de 1ª Linha	UND	36	900,00	32.400,00
8	BATERIA PARA MOTOCICLETA 5A, 12V, Nacional, de 1ª Linha	UND	8	165,00	1.320,00
9	BATERIA PARA MOTOCICLETA 7A, 12V, Nacional, de 1ª Linha	UND	2	200,00	400,00
				Total:	65.680,00

- 4.2.2 Conforme exigência legal, o Município de Porteiras, realizou pesquisas de preços de mercado e estimativa de custos junto a empresas atuantes no ramo do objeto licitado, bem como, com valores extraídos de sites de comércio dos referidos produtos, utilizando-se como base legal a Instrução Normativa nº 73, de 05 de Agosto de 2020.
- 4.2.3 O valor máximo admitido para esta aquisição, incluído os serviços correlatos é de R\$ 943.447,00 (novecentos e guarenta e três mil guatrocentos e guarenta e sete reais). Foi utilizado como metodologia para obtenção do preço estimado para a futura contratação o menor dos valores obtidos nas pesquisas de preços, conforme Art. 6º da supracitada instrução.
- 4.2.4 Não serão aceitos para fins de classificação das propostas/contratação, preços unitários superiores aos valores constantes no orçamento acima detalhado.

5 - DA ENTREGA, RECEBIMENTO DOS PRODUTOS, DOS SERVIÇOS CORRELATOS E DO RAIO (Distância Máxima).

- 5.1 Os produtos serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela Secretaria Municipal contratante, devendo os mesmos serem entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.2 Os produtos deverão ser fornecidos nas seguintes especificações: Pneu nacional de primeira linha, novos de fábrica, com certificado do INMETRO, não remoldados, não recauchutados, não recobertos, não frisados ou recondicionados, atendendo todas as normas da ABNT e com garantia de 03 (três) meses, no mínimo, contra defeitos de fabricação.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.
- 5.4 A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 5.5 A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os produtos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.
- 5.6 Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos.
- 5.7 O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:
- 5.7.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
- 5.7.2 Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



5.8 — A Contratada deverá possuir dentro dos seus ramos de atividades, além de comércio de pneus e similares de fabricação nacional, os serviços correlatos, como troca, alinhamento e balanceamento com sede no raio máximo de 60 (sessenta) km de distância da Cidade de Porteiras, dispondo de espaço físico coberto, fechado e piso de concreto para acomodação segura dos veículos, entre outros aparelhamentos necessários a execução dos serviços de reposição, alinhamento e balanceamento na troca dos pneus junto ao Lote 02.

5.8.1 - Da distância máxima da Cidade de Porteiras:

- 5.8.1.1 A Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, não possui estrutura física nem profissionais qualificados para realização dos serviços correlatos (serviço de reposição, alinhamento e balanceamento), razão pela qual a contratação se faz necessária.
- 5.8.1.2 Objetivamos aplicar com maior eficácia e eficiência os recursos públicos, em relação ao acompanhamento da execução dos serviços, com alicerce no principio da economicidade e razoabilidade, o os quais encontram se previsto no Art. 70 da CF/88, a administração municipal, adota como condição de contratação que o interessado comprove a existência de instalações com espaço físico e equipamentos/materiais adequados para os serviços de reposição, alinhamento e balanceamento dos pneus a uma distância não superior a 60 (sessenta) Km da sede do município de Porteiras/CE.
- 5.8.1.3 A futura contratada deverá disponibilizar oficina bem estruturada, na sede do Município de Porteiras para atender as contratações pertinentes ao objeto deste Certame, a localização da oficina deverá ser no raio máximo de **60** (sessenta) km, face a inexistência de número suficiente de empresas com oficinas situadas nas proximidades da Sede do município de Porteiras.
- 5.8.1.3.1 A exigência referida no item anterior 5.8.1.3, se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância entre a Sede do Município e Contratada for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota. Acrescente-se a isso a efetividade do acompanhamento da prestação dos serviços, facilitando a periodicidade de visitas de profissional do Município para controle dos orçamentos apresentados e etc. Assim, a delimitação tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções da frota do Município, reduzindo as despesas com tal ação, efetivando o controle de todas as etapas do processo de manutenção veicular no que diz respeito aos serviços de reposição, alinhamento e balanceamento dos pneus. Complementando as informações prestadas, foi realizada pesquisa que demonstra que existe em tais raios um universo de oficinas em condições de atender o objeto desta licitação.
- 5.9 A montagem dos pneus nas rodas dos veículos, bem como a prestação dos serviços de troca alinhamento e balanceamento, deverão ser realizadas nas dependências da futura Contratada.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas do(s) futuro(s) Contrato(s) correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, (do Fundo Nacional de Saúde, FNDE e do Fundo Nacional de Assistência Social, conforme os respectivos contratos) de acordo com dotações constantes no quadro abaixo:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
11	01	10.301.0020.2.047.0000	3.3.90.30.99
11	01	10.302.0027.2.073.0000	3.3.90.30.99
11	01	10.304.0051.2.052.0000	3.3.90.30.99
12	01	08.122.0054.2.069.0000	3.3.90.30.99
10	01	12.361.0022.2.036.0000	3.3.90.30.99
05	01	12.361.0022.2.015.0000	3.3.90.30.99
09	01	04.122.0060.2.030.0000	3.3.90.30.99
13	01	08.122.0024.2.066.0000	3.3.90.30.99
06	01	08.243.0131.2.111.0000	3.3.90.30.00
08	01	04.122.1801.2.025.0000	3.3.90.30.99
15	01	18.122.2026.2.112.0000	3.3.90.30.99



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

			AODEDIA
04	01	04.121.0011.2.009.0000	3.3.90.39.99
02	01	04.122.0010.2.003.0000	3.3.90.30.99
14	01	04.122.0013.2.067.0000	3.3.90.30.99

7 - DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento dos produtos fornecido será efetuado pela Administração, obedecida à requisição, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do Tesouro Municipal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- 7.2 O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - As obrigações do(a) CONTRATADO(A) são as descriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua Transcrição.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - As obrigações do(a) CONTRATADO(A) são as descriminadas na Minuta Contratual, parte integrante do Edital, independente de sua Transcrição.

10 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1 - O futuro Contrato terá vigência até 31/12/2022, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento do equipamento/bem dentro da vigência do mesmo.

Porteiras/CE, 19 de maio de 2021.

DE ACORDO:

Alberto Pinheiro Torres Neto Pregoeiro Oficial do Município

Claudineide Santos Souza Lima
Ordenador(a) de Despesas
Fundo Municipal de Assistência Social e
Secretaria Municipal de Assistência Social

Eliana Alberto de Figueiredo Alves Ordenador(a) de Despesas Fundo Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Edina Cleide da Silva Ordenador(a) de Despesas Secretaria Municipal de Agricultura

Jose Nilson Correia Ursulino Ordenador(a) de Despesas Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



Cicernation de Lima
Ordenation (a) de Despesas
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Ionara Leite Tavares Ordenador(a) de Despesas Gabinete do Prefeito e Vice

Givalde Nogueira de Lima Ordenador(a) de Despesas Fundo Municipal do Desenvolvimento maria noguera Lima Vidas

Maria Nogueira de Lima Vidal Ordenador(a) de Despesas Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Maria Leda Clementino de Almeida Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Reginaldo Rodrigues Ribeiro Ordenador de Despesas Secretaria Municipal de Meio Ambiente



CNPJ n° 07.654.114/0001-02



ANEXO II PROPOSTA PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porteiras, Estado do Ceará.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como às cláusulas e condições da modalidade Pregão Eletrônico nº 2022.05.19.1.

Declaramos ainda, que não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada Licitação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os produtos/bens especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente Licitação.

Objeto: Aquisição de Pneus, câmaras de ar, protetores de aro e baterias, incluindo serviço de reposição, alinhamento e balanceamento, destinados aos veículos e máquinas pesadas utilizados pela administração municipal de Porteiras/CE, conforme especificações apresentadas abaixo.

Lote 01 - Pneus para máquinas pesadas

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor unitário	Valor Total
0001	Pneu 14.00/24 TG (12 Lonas) - nacional de 1ª linha	UND	12			
0002	Pneu 12,5/80-18 (10 Ionas) - nacional de 1ª linha	UND	6			
0003	Pneu 17,5-25 (12 Ionas) - nacional de 1ª linha	UND	16			
0004	Pneu 195/70 aro 15 - nacional de 1ª linha	UND	10			
0005	Pneu 295/80 R 22.5 - nacional de 1ª linha	UND	24			
					Total:	

Lote 02 - Pneus para ônibus, caminhões e veículos de pequeno

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor unitário	Valor Total
0001	Pneu 215/75 R 17.5 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	38			
0002	Pneu 275/80 R 22.5 - nacional 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	56			
0003	Pneu 900/20 convencional - nacional de 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	98			
0004	Pneu 1.000/20 - nacional de 1ª linha, incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	38			
0005	Pneu 175/65 aro 14 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	40			
0006	Pneu 175/70 aro 13 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10			
0007	Pneu 175/70 aro 14 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	60			
8000	Pneu 700/16 10 lonas - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	9			
	Pneu 185/65 aro 14 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	לאוטן	10			
0010	Pneu 195/55 aro 15 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	20			
	Pneu 195/55 aro 16 - nacional 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	טאט	10			
0012	Pneu 205/75 aro 16 - naconal 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10			
	Pneu 185/65 aro 15 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	טאט	10			
0014	Pneu 195/60 aro 15 - nacional de 1ª linha - incluindo reposição, alinhamento e balanceamento	UND	10			
					Total:	

Lote 03 - Pneus para motocicletas

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor unitário	Valor Total
0001	Pneu 80/100 aro 18 - nacional 1ª linha	UND	10			
0002	Pneu 90/90 aro 19 - nacional 1ª linha	UND	6			
0003	Pneu 90/100 aro 18 - nacional 1ª linha	UND	10			



0004 Pneu 100/90 aro 17 - nacional 1ª linha

Prefeitura Municipal De Porteiras Governo Municipal CNPJ n° 07.654.114/0001-02



Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor unitário	Valor Total
0001	Câmara de ar 14.00-24 - nacional de 1ª linha	UND	4			
0002	Câmara de ar 17,5-25 - nacional de 1ª linha	UND	8			
0003	Câmara de ar 900/20 - nacional de 1ª linha	UND	48			
0004	Câmara de ar 700/16 - nacional de 1ª linha	UND	8			
0005	Câmara de ar 17(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	12			
	Câmara de ar 18(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	32			
0007	Câmara de ar 19(motocicleta) - nacional de 1ª linha	UND	8			
	Protetor de câmara de ar 900/20	UND	60			
					Total:	

UND

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Marca	Valor unitário	Valor Total
0001	BATERIA AUTOMOTIVA 50A Nacional, de 1ª Linha	UND	8			
0002	BATERIA AUTOMOTIVA 60A Nacional, de 1ª Linha	UND	21			
0003	BATERIA AUTOMOTIVA 70A Nacional, de 1ª Linha	UND	1			
0004	BATERIA AUTOMOTIVA 75A Nacional, de 1ª Linha	UND	8			
0005	BATERIA AUTOMOTIVA 90A Nacional, de 1ª Linha	UND	2			
0006	BATERIA AUTOMOTIVA 100A Nacional, de 1ª Linha	UND	18			
0007	BATERIA AUTOMOTIVA 150A Nacional, de 1ª Linha	UND	36			
ΛΛΛο	PATERIA RARA MOTOCICI ETA SA 121/ Nacional	1			1-20-	

0004	BATERIA AUTOMOTIVA 75A Nacional, de 1ª Linha	UND	8			
0005	BATERIA AUTOMOTIVA 90A Nacional, de 1ª Linha	UND	2			
0006	BATERIA AUTOMOTIVA 100A Nacional, de 1ª Linha	UND	18			
0007	BATERIA AUTOMOTIVA 150A Nacional, de 1ª Linha	UND	36			
8000	BATERIA PARA MOTOCICLETA 5A, 12V, Nacional,	LIND	8			
1	ide 1º i inna	1				
0009	BATERIA PARA MOTOCICLETA 7A, 12V, Nacional,	LIND	2			
	de 1 ^a Linha	OND				
Total:						

valor Total da Proposta: K\$
Proponente:
Endereço:
CNPJ:
Data da Abertura:
Horário de Abertura:
Prazo de Entrega: Conforme Edital e Contrato.
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.
Data:
Assinatura do Proponente





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Porteiras/CE, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

DECLARANTE
Cidade/Estado,
Cidada/Estada
Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

Contrato para a aquisição de,

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

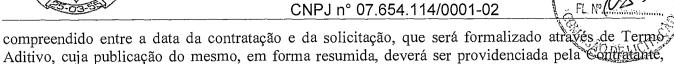
		los			_
		s/CE, que entre si f		ım lado o M do	[unicípio outro
		Porteiras/CE			Ouuo
	**********		••••••	*****	
O Município de Porteiras, Estado do Co CNPJ/MF sob o n.º 07.654.114/0001-02, a seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) na Cidade de Porteiras/CE, apenas e C.G.F. sob o	através do Sr(a) denomina	do de CONTRA	, neste, resider TANTE, estabele o CNPJ/	ato represen nte e domic e de out ecida 'MF sob	itada por iliado(a) ro lado na o n.º
E C.G.F. 800 0					
denominada de CONTRATADA , resolver Licitação na modalidade Pregão Eletrônic Lei nº 8.666/93, e suas alterações posterio nº 10.024/19 – Lei que Regulamenta o Preg	o nº 2022 res, bem o	.05.19.1, tudo de ac como com a Lei nº	ordo com 10.520/02	as normas g e o Decreto	gerais da
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDA	MENTO	LEGAL			
1.1 - Processo de Licitação na modalida normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas a Lei que Regulamenta o Pregão, devidame Ordenador(a) de Despesas do(a)	de Pregão alterações ente homo	DELETE ELETE DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPANIO DEL COMPANIO DEL COMPANIO DEL COMPANIO DE LA COMPANIO DE LA COMPA	omo com a	a Lei nº 10.5	520/02 -
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO)				
2.1 - O presente Instrumento tem como Municipa Anexo I do Edital Convocatório, nos quais no quadro abaixo:	objeto a a d de Port	eiras/CE, conforme	especific	ações consta	antes no
	•••••				
CLÁUSULA TERCEIRA - DO V. ECONÔMICO-FINANCEIRO	ALOR,	DO REAJUSTE	E DO	REEQUII	LÍBRIO
3.1 - O objeto contratual tem o valor total o	le R\$	(
3.2 – O valor do presente contrato não será			**************	····· <i>)</i> ·	
3.3 – Poderá ser restabelecida a relação o			ialmente e	ntre os enca	argos do

II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

3.4 - Para a efetivação do que trata o item anterior, deverá a Contratada apresentar requerimento formal à Administração Municipal solicitando o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) preço(s) do item(ns) que se fizer(em) necessário(s) para a justa remuneração do(s) fornecimento(s), devendo o referido pedido ser acompanhado da(s) nota(s) fiscal (is) de entrada da(s) mercadoria(s), do período

contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso





CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

em obediência ao disposto no § único, do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

4.1 - O presente Contrato terá vigência até 31/12/2022, a contar da data de sua assinatura, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo.

<u>CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA, RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E DOS</u> SERVIÇOS CORRELATOS.

- 5.1 Os produtos serão fornecidos de acordo com as solicitações requisitadas pela Secretaria Municipal contratante, devendo os mesmos serem entregues junto à sede desta, ou onde for mencionado nas respectivas Ordens de Compra, ficando a Administração no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária, sendo as despesas com a entrega de responsabilidade da empresa Contratada.
- 5.2 Os produtos deverão ser fornecidos nas seguintes especificações: <u>Pneu nacional de primeira linha</u>, novos de fábrica, com certificado do **INMETRO**, não remoldados, não recauchutados, não recobertos, não frisados ou recondicionados, atendendo todas as normas da **ABNT** e com garantia de 03 (três) meses, no mínimo, contra defeitos de fabricação.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra.
- 5.4 A Contratada ficará obrigada a trocar, as suas expensas, os produtos que vierem a ser recusados por justo motivo, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.
- 5.5 A Contratada deverá efetuar as entregas em transporte adequado para tanto, sendo que os produtos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.
- 5.6 Caso a Prefeitura venha optar por entrega programada a contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos.
- 5.7 O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:
- 5.7.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
- 5.7.2 Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do produto, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.
- 5.8 A Contratada deverá possuir dentro dos seus ramos de atividades, além de comércio de pneus e similares de fabricação nacional, os serviços correlatos, como troca, alinhamento e balanceamento com sede no raio máximo de 60 (sessenta) km de distância da Cidade de Porteiras, dispondo de espaço físico coberto, fechado e piso de concreto para acomodação segura dos veículos, entre outros aparelhamentos necessários a execução dos serviços (esta redação somente será utilizada para a empresa que vier ser contratada junto ao lote 02).
- 5.8.1 A montagem dos pneus nas rodas dos veículos, bem como a prestação dos serviços de troca alinhamento e balanceamento, deverão ser realizadas nas dependências do futuro Contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal e, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

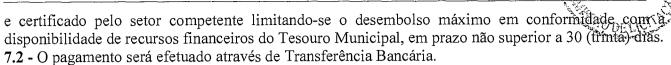
CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dos produtos fornecidos será efetuado pela Administração, mensalmente, obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 A Contratada para fornecer o(s) produto(s), objeto do presente Contrato, obrigar-se-á a:
- 8.1.1 Cumprir integralmente as disposições deste Instrumento e do Edital Convocatório.
- **8.1.2** Responsabilizar-se pela perfeição do(s) produto(s) objeto deste Contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante seu fornecimento.
- **8.1.3** Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral.
- **8.1.4** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.5 Fornecer com presteza e dignidade o(s) produto(s) objeto deste Contrato.
- **8.1.6** Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.
- **8.1.7** Entregar no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra, os produtos requisitados pelo setor competente, devendo os mesmos ser entregues na sede do Fundo Municipal de Saúde, ou no local indicado na antedita Ordem de Compra, sendo as despesas com a entrega de sua responsabilidade.
- **8.1.8** Trocar, as suas expensas, o(s) produto(s) que vier(em) a ser recusado(s) por justo motivo, sendo que o ato de recebimento não importará em sua aceitação.
- **8.1.9** Efetuar a entrega do(s) produto(s) em transporte adequado para tanto, sendo que os mesmos deverão estar todos em embalagens fechadas, contendo a identificação da data de industrialização e o prazo de validade, quando for o caso.
- **8.1.10** Caso a Contratante venha optar por entrega programada a Contratada deverá dispor de instalações condizentes e compatíveis para a guarda e armazenamento dos produtos pondo-os a salvo de possível deterioração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1 A Contratante obrigar-se-á a:
- 9.1.1 Exigir o fiel cumprimento do Edital e deste Contrato, bem como zelo no fornecimento e o cumprimento dos prazos.
- 9.1.2 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s) objeto deste Contrato.
- 9.1.3 Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada, através da Secretaria/Fundo Municipal contratante, a execução do objeto contratual.
- 9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

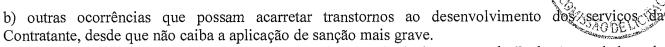
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

- 10.1 À Contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações.
- 10.2 O Atraso injustificado na execução do contrato, inadimplemento, sujeitará a Contratada às seguintes sanções:
- I advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:
- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;





CNPJ n° 07.654.114/0001-02



II — multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal — DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porteiras, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 10.3 A Prefeitura Municipal de Porteiras, sem prejuízo das sanções aplicáveis, reterá crédito, promoverá cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se dos danos e perdas que tiver sofrido por culpa da empresa Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- 11.1 Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.
- 11.2 O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.
- 11.3 O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação Judicial ou Extrajudicial, nos casos de:
- 11.3.1 Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;
- 11.3.2 Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;
- 11.3.3 Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.
- 11.3.4 No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 – Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 – Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.



CNPJ n° 07.654.114/0001-02

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ANEXOS

14.1 - Integram o presente contrato todas as peças que formaram o procedimento licitatório, a proposta apresentada pela Contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Porteiras - CE.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado e, por assim estarem de acordo, assinam o presente Contrato as partes e as testemunhas abaixo firmadas.

Porteiras/C	CE,
	CONTRATANTE
	CONTRATADA
TESTEMUNHAS: 1)	
2)	CPF